

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.131 - MG (2019/0295014-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : ROBERTO VASCONCELOS NOVAES
ADVOGADOS : LEONARDO SPENCER OLIVEIRA FREITAS - MG097653
JORDANIA FERREIRA DOS SANTOS - MG169906
INTERES. : ANDITYAS SOARES DE MOURA COSTA MATOS
ADVOGADO : VÍTOR CÉSAR SILVA XAVIER - MG091429

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no julgamento de Apelação, assim ementado (fl. 249e):

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. UFMG. PROFESSOR ADJUNTO. APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS. CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. IDENTIDADE DE CARGOS.

I - Entendimento desta Corte e do e.STJ se firmou no seguinte sentido: "A jurisprudência do STJ também reconhece que a classificação e aprovação do candidato, ainda que fora do número mínimo de vagas previstas no edital do concurso, confere-lhe o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo se, durante o prazo de validade do concurso, surgirem as novas vagas, seja por criação de lei ou por força de vacância. Ressalta-se que há a aplicação de tal entendimento mesmo que não haja previsão editalícia para o preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do certame. (AgRg no RMS 20.658/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 10/9/2015).".

II - Hipótese dos autos que se restringe a aferir o direito subjetivo de candidato aprovado no cargo de Professor Adjunto quando, durante o prazo de validade do concurso, ocorreu a vacância de docente ocupante do mesmo cargo e foi publicado edital para contratação de dois professores temporários para o referido cargo.

II - Não afasta a identidade dos cargos a diferença de regime jurídico ao qual estão sujeitos os professores temporários, pois não se trata de atributo do cargo, mas de elemento que evidencia a necessidade e urgência que fundamentam a contratação de professor temporário.

III - Comprovado pela própria impetrada que a contratação temporária decorreu da necessidade imediata de profissional enquanto não se concluía o trâmite burocrático para novo provimento dos cargos efetivos vagos, não prospera o argumento que se tratam de concursos diferentes.

IV - Constando dos autos o pedido de nomeação e posse imediatas e tratando-se de questão reiteradamente decidida, não há necessidade de aguardar o trânsito em julgado do decisum, como vem decidindo esta Turma (AC 0015918-25.2004.4.01.3400/DF, Relator Desembargador Federal Kassio Nunes Marques, e-DJF1 de 12.12.2014).

V - Apelação do autor a que se dá provimento. Sentença reformada.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 295/303e).

Com amparo no art. 105, III, *a* da Constituição da República, aponta-se, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 6º, 10º e 11, da Lei n. 8.112/90, alegando-se, em síntese, que "a aprovação em concurso fora das vagas previstas no edital não confere ao candidato o direito a nomeação" (fl. 314e).

Sustenta que "o contexto fático-probatório dos presentes autos demonstra que o concurso público se submeteu o impetrante era para o cargo de Professor Adjunto, em regime de Dedicação Exclusiva, na área de conhecimento de Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito, Hermenêutica Jurídica, Sociologia Jurídica, Instituições de Direito Romano, História do Direito, Antropologia Jurídica, Direito e Legislação, com exigência de doutoramento somente em Direito. Já o Edital n. 240/2009 se destinou a selecionar professores para o curso de Ciências do Estado e Governança Social, nas áreas de conhecimento de Teoria Geral e Filosofia do Direito, Metodologia de Pesquisa, Ética Profissional do Gestor, Fundamentos, Princípios e Natureza da Sociedade Democrática, Solução de Conflitos de Interesse, Acesso à Justiça e Inclusão Social, Função Social da Cidade e Direitos Humanos e Disciplinas Afins, e estabeleceu o regime de 40 horas semanais e exigiu titulação de Doutor em Direito ou áreas afins. Assim, não há como se concluir pela identidade de cargos, que geraria para o impetrante o direito de ser convocado preferencialmente em relação aos novos concursados" (fls. 313/314e).

Aponta que "a prorrogação dos contratos de professores temporários deu-se exatamente diante da inexistência de cargo efetivo vago, e obedeceram aos requisitos

previstos a Lei n. 8.745/93".

Destaca que "o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 598.099 já consolidou o entendimento de que somente os candidatos aprovados dentro do número de vagas do edital possuem direito subjetivo à nomeação" (fl. 314e).

Argumenta que "no caso em apreço, a UFMG comprovou a inexistência de vacância relativa ao cargo disputado pelo impetrante, o que foi demonstrado inclusive diante da necessidade de prorrogação de contratos temporários. Por outro turno, o lançamento do edital deu-se para cargo diverso, não havendo que se falar em preterição de direito" (fl. 317/318e).

Com contrarrazões (fl. 356/371e), o recurso foi admitido (fls. 416/417e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

No caso, o tribunal de origem reconheceu o direito à nomeação, sob os seguintes fundamentos: (i) ambos os certames estipularam a contratação para o mesmo cargo de professor adjunto; (ii) a própria UFMG admite, nas informações prestadas, que os cargos vagos foram providos por processo seletivo apenas em razão de procedimento burocrático, o que motivou a Administração a contratar via processo seletivo, em preterição aos aprovados em concurso público e (iii) o que determinou a exigência de trabalho em 40 horas semanais e regime integral foi a necessidade e emergência da contratação e não um atributo inerente ao cargo, cuja carga horária de trabalho é determinado por legislação específica, conforme se extrai dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 244/246e):

A controvérsia da lide gira em torno da suposta identidade dos cargos para Professor Adjunto criados pelos editais 137/2008 e 240/2009, sendo o segundo publicado durante o prazo de validade do primeiro, tendo criado duas vagas para professores temporários, supostamente para ocupar o mesmo cargo que pretendia prover o primeiro edital.

(...)

No caso em comento, conforme alegado pelo autor e admitido pelo impetrado, ocorreu a vacância de uma vaga durante o prazo de validade do concurso em epígrafe, além de ter sido criado novo certame para a contratação de dois professores substitutos, em caráter temporário.

4. Verifico que ambos os certames estipularam a contratação para o mesmo cargo: Professor Adjunto. Com efeito, como bem apontado pelo apelante, trata-se de diferença meramente redacional, pois os editais atestam que o conhecimento necessário é o de Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito, pois os cargos são os mesmos, não podendo ser de outra forma.

5. Neste sentido, ressalto que a própria UFMG admite, nas informações prestadas, que os cargos vagos foram providos por processo seletivo apenas em razão de procedimento interno para que fossem eventualmente ofertadas (fl. 64/65), fundamento para a alegada contratação emergencial.

O Direito à nomeação em cargo efetivo e referente a vagas existentes.

Quando não há vaga e se contrata precariamente, essa contratação não consubstancia preterição.

(-) Reafirmamos assim que a saída de docente efetivo não gera automaticamente vaga de professor efetivo ao mesmo Departamento. Até que se disponibilize nova vaga de professor efetivo ao Departamento e se realize novo Concurso Público, a Universidade utiliza o instituto do professor substituto para suprir essa falta. É essa a razão de ser da norma que autoriza as contratações temporárias.

6. Dito de outra forma, o único óbice a nomeação do impetrante em razão destas vagas era de ordem meramente burocrática, o que motivou a Administração a contratar via processo seletivo, em preterição aos aprovados em concurso público

7. A alegação de que seriam cargos distintos expendida nas informações e reforçada nas contrarrazões, desta feita, é contraditória, pois não seria crível que a Administração venha a contratar professor substituto

temporário para ocupar vagas resultantes da vacância de professor efetivo, cuja vaga o concurso do impetrado pretendia preencher e venha, posteriormente, alegar incompatibilidade dos conhecimentos e funções. Ou seja, seria exigir conhecimentos e pré - requisitos distintos para exercer a mesma função no mesmo cargo.

8. Some-se a isso a comparação dos certames, da qual depreende-se que tanto o edital 137/2008 e 240/2009 almejavam a contratação de Professor Adjunto cuja área de conhecimento é a de Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito, sendo as demais áreas mera exemplificação do termo "disciplinas afins do departamento", constante em ambos os editais, pois, como dito anteriormente, trata-se do mesmo cargo o qual foi ocupado emergencialmente por professores temporários em razão do suposto trâmite burocrático da UFMG.

9. Assim, superada a identidade de exigências de conhecimentos do cargo, percebe-se que é indiferente os regimes jurídicos adotados nos dois editais, pois o que determinou a exigência do trabalho em 40 horas semanais e regime integral foi a necessidade e emergência da contratação e não um atributo inerente ao cargo, cuja carga de trabalho é determinado por legislação específica. (destaques meus).

Nas razões do Recurso Especial, tais fundamentações não foram refutadas, implicando a inadmissibilidade do recurso, visto que esta Corte tem firme posicionamento, segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Nessa linha, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

4. A argumentação do recurso especial não atacou o fundamento autônomo e suficiente empregado pelo acórdão recorrido para decidir que o Código de Edificações do Distrito Federal autoriza à Administração Pública, no exercício regular do poder de polícia, determinar a demolição de obra irregular, inserida em área pública e de preservação permanente. Incide, no ponto, a Súmula 283/STF.

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014);

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR ATO DE IMPROBIDADE. BENS IMÓVEIS PENHORADOS, LEVADOS A HASTA PÚBLICA E ARREMATADOS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA, RESCINDINDO O ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DAS ARREMATACÕES. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. IMÓVEIS QUE TERIAM SIDO ARREMATADOS POR PREÇO VIL. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER BUSCADA EM AÇÃO PRÓPRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO SÃO IMPUGNADOS PELAS TESES DO RECORRENTE. SÚMULA N. 283 DO STF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

(...)

4. Com relação aos demais pontos arguidos pelo recorrente, forçoso reconhecer que o recurso especial não merece conhecimento, porquanto, além da ausência de prequestionamento das teses que suscita (violação dos artigos 687, 698 do CPC e 166, inciso IV, e 1.228 do Código Civil) (Súmula n. 211 do STJ), tem-se que as razões recursais não impugnam, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai o entendimento da Súmula n. 283 do STF.

5. Não sendo possível o retorno ao status quo ante, deve o prejudicado pedir indenização por meio de ação própria, caso entenda que aquela arbitrada pelo juízo da execução é insuficiente para recompor sua indevida perda patrimonial.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.407.870/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora